

PARA AS MULHERES POBRES, MAS HONRADAS

OS RECOLHIMENTOS EM SETÚBAL

JOSÉ LUÍS NETO
NATHALIE ANTUNES-FERREIRA

RESUMO Foi D. António Domingos de Sousa, filho do 3.º marquês de Minas, que se decidiu pela construção do recolhimento da Soledade. Para tal gastou 10 000\$000. Esta ermida e recolhimento, era a única protecção que as mulheres tinham quando enviuvavam. Trata-se de um edifício que evoca as mulheres mais desfavorecidas, quer económica, quer socialmente, no Antigo Regime, na então vila salineira de Setúbal.

PALAVRAS-CHAVE Setúbal, recolhimento, dote, Carmelitas Calçados, modelo clausttral (arquitectura)

Como é sabido, a posição social da mulher na sociedade portuguesa do Antigo Regime, não lhe era favorável. Com o domínio do paradigma católico contra-reformista, unitário e monolítico, as sociedades ibéricas manifestaram-se avessas às mudanças e transformações culturais e mentais que caracterizaram as dialécticas e conflituosas sociedades do Norte da Europa. Essa cosmovidência e modelo de organização social foi exportado acriticamente para os distintos locais onde os reinos ibéricos fizeram sentir a sua hegemonia de domínio territorial, se bem que tal implicou uma adaptação mais rigorosa de um ponto de vista formal do que efectivamente convicta no que respeita ao essencial. É através deste processo de exportação de modelos metropolitanos que assistimos à paulatina criação de conventos femininos nos vastos territórios dos impérios ibéricos. No que concerne ao caso português este processo está relativamente bem documentado. No que diz respeito, por exemplo, ao Brasil, temos uma interessante e relativamente recente síntese sobre a posição feminina, que em muito nos elucida sobre as virtudes e defeitos de um modelo que era de difícil encaixe numa sociedade de clima mais tropical. Apesar disto, as motivações que levaram a que muitas pretendentes a donas do Brasil recolhessem aos conventos prendia-se com aspirações de elevação do estatuto social das suas famílias. O enriquecimento rápido de alguns indivíduos, principalmente com as descobertas de minas em regiões interiores no século XVIII, providenciou a alguns os meios de riqueza necessários para pagarem a onerosa escalada da respeitabilidade social. Dentro dessa escalada social, no processo de formação de elites coloniais autóctones, os elementos femininos dessas famílias desempenhavam importante papel, não no processo

de obtenção de riqueza, mas na solidificação de uma respeitabilidade pública que a abundância só por si não oferecia.

As estratégias de utilização dos elementos femininos das famílias são variadas, mas podem ser resumidas a duas perspectivas principais. Uma das estratégias visava utilizar as mulheres para casamentos arranjados em prol de objectivos comerciais, visando a acumulação ou solidificação de capital.

Eventualmente também poderia dar-se o casamento com vista à ascensão do estatuto social da família, com eventual nobilitação, por exemplo, através de famílias aristocráticas com pergaminho e sem fluidez de capital. Todavia, parece-nos que tal não seria comum, ao contrário do que vem a suceder no século XIX. O Antigo Regime era menos dado a esse tipo de fluidez de classe, pois a qualidade do sangue era determinante para a sorte do indivíduo. A crítica condenatória perante essa situação deveria ser feroz. Assim, restava uma outra possibilidade, que também implicava o pagamento de



1. Fachada da capela e recolhimento da Soldade.



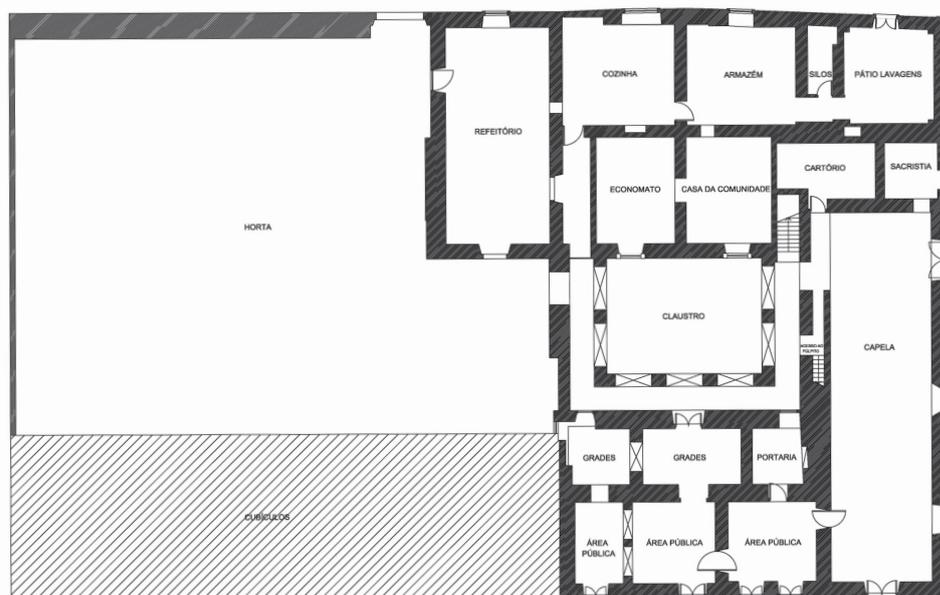
2. Primeiros cubículos.

avultado dote, que era a entrada dos elementos femininos para instituições conventuais. Tal passou-se efectivamente, de tal forma continuada e relevante que D. João V mostrou por diversas vezes o seu desagrado face à situação (Silva, 2002, p. 97). A posição do monarca não era, obviamente, anti-clerical, tal não era bem enquadrável com este monarca, mas é fácil de o entender face à permanente falta de mulheres brancas e honradas na colónia para contraírem casamento e procriarem, evitando o abastardamento e mestiçamento das elites. Independentemente de todos os esforços efectuados para contrariar o fluxo deste tipo de migração feminina tendo como destino os conventos metropolitanos, gorados evidentemente ao insucesso (Silva, 2002, p. 98-99), havia ainda os conventos criados nas colónias que visavam exactamente o mesmo objectivo, se bem que menos lustroso.

Vários eram os problemas com que se debatiam estes

conventos no Ultramar. Um deles, sem dúvida, era o da falta de verbas. A autorização de instituição de um convento feminino passava também pela demonstração da sua viabilidade económica, de modo a que fosse pelo menos auto-sustentável, o que implicava uma transferência de meios, consubstanciados em terra e escravos, bastante significativa. Acresce ainda que se teria de ver o impacto do mesmo na economia da povoação, geralmente não tão povoada que manifestasse entusiasmo face a essa despesa. Tal não seria empreendimento fácil também pelo facto já referido da política de povoamento do império que visava, em primeiro lugar, os casamentos com brancas e honradas, sendo que os conventos femininos se contrapunham a essa necessidade. Tal não significou que não houvesse conventos femininos, mas sim que a sua criação não era facilitada.

Visando contrariar esta relativa inflexibilidade da posição oficial desenvolveram-se, desde muito cedo, as criações de recolhimentos (Silva, 2002, p. 103-104). A sua criação poderia resultar das mais variadas formas, se bem que se podem sistematizar em duas linhas, uma informal e outra de criação institucional. Dentro das instituições de criação informal temos, por exemplo, aqueles que tiveram início em beatérios criados informalmente, seja numa habitação comum, seja em estruturas ocupadas em área natural, estilo ermitério, a partir dos quais se juntariam mulheres atraídas pelas práticas espirituais e ascéticas da fundadora. Também poderiam resultar de comunidades femininas, tão simples quanto viúvas que se juntaram e optaram por viverem comunitariamente como melhor forma de se defenderem da pobreza, até que decidiram juntar um sentido religioso a essa vivência comunitária e passaram a casa onde se



RECONSTITUIÇÃO DO RECOLHIMENTO DA SOLEDADE 1758

PISO TÉRREO

3. Planta piso o.



4. Enterramento.



5. Ossário.



6. Ossário.

encontravam a recolhimento. De criação institucional temos os recolhimentos inspirados e/ou instituídos por elementos da Igreja e/ou de instituições religiosas, para além daqueles que resultam da vontade expressa de toda uma comunidade ou parte dela, no caso de confrarias ou irmandades instituidoras.

Como se depreende das possibilidades acima enunciadas, de quase todas as formas poderia ser instituído um recolhimento, sendo que a fluidez conceptual deste tipo de instituição não se cinge às possibilidades genésicas. Existiam recolhimentos em meios rurais e em urbanos, recolhimentos com exigência de dote e aqueles que nada cobravam, aqueles que tinham quartos individualizados e aqueles que tinham dormitórios colectivos, para além daqueles que tinham regimes mistos. Alguns dispunham de sustento provenientes de rendas de propriedades e doações fixas, outros tão somente dependiam do trabalho das recolhidas e da caridade ocasional. Alguns admitiam escravas pessoais de recolhidas, outros apenas tinham propriedade colectiva. Em suma, ao contrário dos conventos

e mosteiros femininos, os recolhimentos demonstram ter sido um conceito muito fluído, que albergou realidades muito distintas da vivência feminina colectiva (Silva, 2002, p. 113 e 260), durante o período do Antigo Regime. Em princípio, para além da licença que teria de existir por parte das autoridades, a sua aceitação fundamental caberia à Igreja, que viria da atribuição de uns estatutos próprios, que regeriam a vivência comunitária, mas também poderiam provir da pura aceitação tácita da comunidade, por vezes em conflito com a hierarquia eclesial (Silva, 2002, p. 117-118).

No que a Setúbal diz respeito, dois recolhimentos existiram, ambos fundados em datas muito próximas, em meados do século XVIII. Todavia, a reflexão que leva à criação destas instituições na Vila Salineira precede em cerca de um século a sua materialização. Frei António das Chagas, numa das suas numerosas missivas, deixa-nos clara indicação dessa sua intenção:

Este papel de V. R. me busca na Serra da Arrábida e me acha pouco menos que nos campos de Tróia; não naquela a quem o incêndio desfez em cinzas, mas outra,

a quem o mar tem submergido em areias. Tanta ruína padecemos à vezes por acendidos como por areados, tantas pelo fogo que nos abrasa, como por um mar que nos cerca; porque, se naquele o ardor é o maior perigo, neste a frieza não vem a ser menor dano.

Chegado a Tróia, ou mal escapado de Tróia, onde me vi areado com minhas culpas, porque lá me devia mais advertir-me este dia que a Arrábida, apenas, me deram o papel de V. R., que estimo quanto devo, e ao mesmo passo em que sinto que V. R. não esteja, como eu cuidava, pobre de espírito, pois tem próprio para mandar, não querendo nada para ter.

Deixemos isto, e vamos aos medos que V. R. me escreve. E bem faz, que as cousas más não se podem tentar sem medo; mas já este pudera estar perdido, pois sabe que neste mundo não sirvo mais que espantinho. Aqui cheguei a Setúbal, para ver se podia dar princípio a um recolhimento que desejo para certas mulheres. Brevemente entendo que deixarei este povo; porque em tão pouco tempo não se pode fazer muito, e é necessário recolher-me algum tempo. Se antes disso passar a Lisboa, como suspeito que será em breves dias, lá nos veremos e satisfaremos a tudo, com o favor de Deus. (...)

Frei António das Chagas, antes de ser o reformador e homem de valores cristãos, pio e inflamador de audiências, reformador dos costumes, não havia sido um santo, bem pelo contrário. Militar fanfarrão, amante ardente, poeta e dado a todos os prazeres da vida, era um indivíduo com um profundo conhecimento da sociedade onde se inseria. Tratava-se de uma pessoa perspicaz e desvelava conscienciosamente as causas e as consequências do que julgava ser a relaxação dos costumes. Portanto, conjuntamente com a fundação do Seminário de Brancanes, procurou instigar a criação de um recolhimento para mulheres pobres e honradas, que seria de erigir junto ao templo de Nossa Senhora da Saúde (A capela de Nossa Senhora da Saúde havia sido erigida em 1620, bem no centro do maior bairro dos pescadores, o Troino), da confraria de pescadores que

aí se encontrava. Frei António das Chagas veio a falecer sem conseguir os seus intentos, porém, os sacerdotes de Brancanes fizeram uma petição ao monarca, monarca que obrigou a Câmara a deliberar e construir esse recolhimento, pelo que esta reuniu várias entidades locais para esse intento, a 4 de Dezembro de 1700. Todavia, só em 1746, desta vez instando junto da confraria dos pescadores, conseguem os padres de Brancanes o apoio para a sua construção. O objectivo não podia ser mais claro: *Num termo de 13 de Fevereiro deste ano, lavrado pelos vogais da Mesa e mais irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, consta que o juiz da mesma Irmandade declara que os padres missionários de Brancanes, tendo reconhecido pelas suas missões, que muitas donzelas honestas, virtuosas e recolhidas se achavam em perigo iminente de se perderem pela força da necessidade, não lhes sendo possível acolherem-se a algum dos dois mosteiros que existiam em Setúbal, por carecerem dos meios indispensáveis para conseguirem admissão em qualquer deles; e considerando que sendo Setúbal a terra mais populosa do reino depois de Lisboa, não tinha contudo um recolhimento para essas pessoas pobres e virtuosas, falta que era sentida por muita gente, que tanto desejava que esse estabelecimento [...]*(Carvalho, 1970, p. 164).

É, pois, evidente para que servia este recolhimento, que só vem a abrir em 1748, sendo acautelados os direitos paroquiais, impedindo, a partir de 1761 a entrada a quem não tivesse dinheiro para se sustentar ou que não se pudesse sustentar com o seu trabalho de mãos, tendo as recolhidas votos de obediência e clausura. Passou constantemente por dificuldades financeiras até à extinção da instituição, em 1867. Foi Gabriel Malagrida, o famoso jesuíta, que mais apoio deu ao recolhimento, tendo-lhe ofertado jóias, entre outros bens. O seu retrato, que havia oferecido num painel de azulejos que estava na portaria, foi passado a pó, por ordem d'el rei D. José I. Aliás, Malagrida está igualmente ligado à criação do recolhimento do Sagrado



7. Crucifixo e contas.



8. Possível incensador.

Coração de Jesus da Soledade, criado na Baía em 1739 (Silva, 2002, p. 113-114).

Apesar de distinta, a história do recolhimento da Soledade é similar. Foi D. António Domingues de Sousa, filho do 3.º Marquês de Minas D. João de Sousa, que se decidiu pela construção deste Recolhimento (os autores das monografias locais são todos concordantes), feito às suas expensas e com a reacção, primeiro dos frades trinitários, que não o queriam no Largo da Fonte Nova, pelo que teve de se mudar e o projectar para a praia do Seixal e depois, pelo Conde Palma (Carvalho, 1970, p. 175-176). A Ermida de Nossa Senhora da Soledade foi iniciada em 1745, sendo concluída quatro anos depois e o Recolhimento, anexo à Ermida, em 1753.

O objectivo era o de recolher mulheres honradas e pobres. Para tal empreendimento, este particular gastou a módica quantia de 10 000\$00 réis (para se ter uma noção do seu custo relativamente reduzido, basta recordar que o convento da Santíssima Trindade, que se encontrava a ser edificado na mesma época, tinha um custo estimado de 32 000\$000 réis, ou seja, um orçamento três vezes superior). Sofreu danos com os terremotos de 1755 e 1858 (Carvalho, 1970, p. 178). Esta Ermida e Recolhimento, única protecção, à época, que as mulheres tinham quando enviuvavam ou ficavam órfãs. Trata-se de um edifício que evoca as mulheres mais desfavorecidas, quer económica, quer socialmente, no Antigo Regime, na então vila salinheira de Setúbal (Carvalho, 1970, p. 178).

Este espaço funcionou, após 1910 (Carvalho, 1970), como quartel para militares, sendo que, em 1919, foi reconvertido em orfanato municipal (Santos, 2004, p. 133). Como tal funcionou até ao ano de 1964 Santos, 2004, p. 165). Mais recentemente, o espaço do Recolhimento funcionou como Creche, denominado *Os Pirilampos* e a Ermida funcionou como Galeria de Arte privada, conhecida como *Arte e Oficina*.

Este edifício foi alvo de uma intervenção arqueológica nos anos de 2009 e 2010, o que permitiu, com exactidão, perceber a arquitectura e a concepção dos espaços. Apesar da intervenção arqueológica não ter afectado a área total do lote, os resultados que oferece são relativamente consistentes para podermos reflectir sobre a arquitectura pós-terramoto de 1755, em conjugação com o edificado e com a documentação histórica compulsada.

A cerca do complexo é ainda, em grande parte, visível. Esta faz fachada fronteira deste quarteirão da Avenida Luísa Todi, a Sul, a Travessa da Anunciada a Este e a Rua de João Soveral a Norte, ocupando uma área de 1575 m². Embora a edificação seja inspirada no sistema beneditino-cisterciense, houve uma liberdade dada ao arquitecto para o subverter em prol de um maior funcionalismo. No que respeita à Ermida, esta apresenta

uma fachada com dois vãos, um térreo, em alvenaria e calcário, correspondente à entrada no templo e um segundo sobre a porta, correspondente à janela de iluminação do coro-alto. Na fachada Nascente apresenta quatro vãos, duas portas nos extremos e duas janelas no intermédio, respectivamente. Com as alterações no templo, deixou de ser possível ver, com clareza, a divisão entre o corpo e o altar-mor. A cobertura, apesar de moderna mantém a estrutura de telhado de duas águas. A orientação da Ermida é heterodoxa, pois está articulada num eixo Norte-Sul. A sala à esquerda terá correspondido à sacristia, pois possuía porta independente para a Travessa da Soledade. A sala à direita, com a sua abóbada perfeita indica um local de passagem para o interior do recolhimento, pelo que, muito provavelmente, terá correspondido ao Cartório do espaço religioso, ligado à sala 2 D. Daí chega-se a um pátio, espécie de claustro, apenas com três alas, o que chegava para os enterramentos das recolhidas, naquilo que é uma adaptação da estrutura tradicional do claustro.

No que respeita às funcionalidades das salas, algumas parecem corresponder a *luoghi regolari* e outras a oficinas. A sala 2D, ligada que estava à sacristia, deverá ter correspondido à sala da comunidade, um equivalente à sala do capítulo das edificações conventuais. Em contrapartida é provável que a sala 1C tenha tido funções administrativas na gestão comunitária. Tratam-se de duas divisões canónicas expectáveis de encontrar num convento, para além da capela, do coro-alto, da portaria e grades, todas elas localizadas a Nascente e Sul do claustro. A sala 3B parece ter-se tratado de um pátio interior, pois não apresenta vestígios de alguma vez ter possuído uma cobertura. Aliás, toda a correnteza de salas no extremo Norte parecem corresponder a oficinas do recolhimento. É o caso da sala 1A, que corresponde à cozinha comunitária. O misto de pisos de seixo e tijoleira numa divisão desta natureza já havia sido detectado na intervenção arqueológica da Rua de Santa Catarina n.º 18, no contexto de um palácio urbano. O forno encontrado e a grande chaminé que se lhe sobrepõe, aliado às dimensões da sala não nos deixam dúvidas no que respeita a esta interpretação. As salas 2A, 2B e 2C não estavam, inicialmente, separadas, pelo que devem corresponder à zona de armazenamento, tal como, de forma indiscutível, o foi a sala 3A. As três sub-divisões que esta última apresenta deveria permitir armazenamentos de produtos, eventualmente cereais e leguminosas secas, naquilo que corresponde a uma espécie de "mini-silos". A sala 3B poderá ter correspondido a zonas de tanques e tinas de lavagem de roupas, pois era ao ar livre. Já a sala 7B, pela área que ocupa, o seu formato e a sua localização

adjacente à cozinha, terá funcionado como refeitório. É evidente que as distintas funções que o edifício teve ao longo do tempo não comportaram, pela sua natureza, grandes modificações estruturais, pois todas elas tinham em comum estarem vocacionadas para a vida comunitária, pelo que cozinha grande, espaços de armazenamento e refeitório comum fazem parte dessa vocação. São outras as divisões que foram alteradas, casos das salas 2D, convertida em sala de aula, da 1C, convertida em chuveiros e depois, com o fim do orfanato, em sala de aula, a sala 3A, convertida em w.c. e a sala 3B, que semi-coberta foi convertida em mais chuveiros e depois sala do tanque. Aliás, os claustros passaram por essa transformação igualmente, pois de claustro passou a parada do orfanato e depois a recreio do infantário. Tal implicava adaptações dos espaços, não transformações estruturais profundas. Mesmo a nível do primeiro piso, local não intervencionado, percebemos facilmente que os dormitórios do recolhimento foram adaptados para o uso do orfanato e, posteriormente adaptados a salas de estudo, que a escada do sino se manteve e que não houve, de facto, aí abem, alterações profundas.

Na ala Sul temos um corredor que dá acesso à antiga praia do Seixal, entrecortado por três portas monumentais, em alvenaria calcária, sendo que a segunda porta apresenta ainda os vestígios de entalhe das espessas grades, divisórias dos mundos profano e sagrado. É aí também que encontramos o vestígio de grades, uma vez que as paredes foram picadas, pelo que sabemos que as salas funcionaram como passagem, grades e roda, para além da sala da portaria (Sala a Nascente). Na fachada Sul, no sentido poente, colado ao Recolhimento, observamos uma frontaria de pequenas casas (piso térreo e primeiro andar), simples e com ligação interna, formando conjunto coerente, que foi edificado de forma a alojar individualmente as recolhidas, em substituição dos cubículos destruídos pelo terramoto (tratam-se, de facto, de casas muito modestas que vão do n.º 470 ao n.º 490 da Avenida Luísa Todi).

Note-se que os princípios de organização arquitectónica do edifício obedecem a modelos religiosos que advêm de Cister, adaptados posteriormente pelas ordens mendicantes. Ou seja, por outras palavras, a traça do Recolhimento demonstra claramente que não possui uma linha que lhe seja específica, mas antes resulta da aplicação de modelos que provêm da arquitectura conventual. Aliás, os termos por nós utilizados para descrever as divisões advêm do léxico muito próprio da arquitectura conventual, uma vez que só a concreta gramática espacial e estilística pareceu ser adequada a esta realidade construída.

Se dúvida ainda houvera, elas desfizeram-se na esca-

vação do claustro. Foram exumados no claustro do Recolhimento de Nossa Senhora da Soledade 20 esqueletos e numerosos ossos desarticulados que correspondem sobretudo a reduções ósseas. Os ossos estão muito degradados, mostrando a sua superfície bastante alterada. Para além disso estão em média muito fragmentados, o que constitui um sério entrave ao estudo antropobiológico.

A análise antropobiológica dos esqueletos articulados/parcialmente articulados permite constatar que se tratam de indivíduos do sexo feminino de diferentes classes etárias: adultas maduras, adultas maduras/idosas e idosas. Na análise morfológica destaca-se que a estatura não passa dos 160 cm.

Na patologia oral verifica-se a presença de cáries, parodontopatias, tártaro, perda de dentes e desgaste oclusal normalmente não severo. Na patologia degenerativa temos diversas situações de artrose, assim como de entesopatias. Detectou-se uma possível situação de gota (patologia metabólica) e de DISH. Nas condições infecciosas regista-se alguns casos de periostite, afecções do foro respiratório crónicas, e eventualmente um caso de tuberculose. Não se observam patologias traumáticas, circulatórias e neoplásicas.

Nos indicadores de stress fisiológico identificaram diversos indivíduos com hipoplasias lineares do esmalte dentário, indiciando que os mesmos passaram por períodos desfavoráveis – doença aguda ou deficiências nutritivas – que provocaram uma paragem no seu crescimento durante a sua infância.

No que respeita aos dados de antropologia funerária, pudemos observar vários indicadores que nos permitem uma aproximação aos rituais específicos praticados no recolhimento. Em primeiro lugar pudemos constatar que as zonas de enterramento são iguais às conventuais. Assim, inumavam-se cadáveres tanto na capela, como no pátio central, tornando-o num claustro em sentido pleno, apesar de apenas dispor de três alas. Na capela, para além do fundador e família, não sabemos se mais alguém lá foi enterrado. Tal é muitíssimo provável, mais ainda se atendermos que tal empreendimento era rentável, com a venda de campas. No que concerne ao claustro, as inumações com identificação sexual, apontam todas no mesmo sentido – o feminino, mostrando que se tratava de uma área mais privada, destinada exclusivamente às exéquias fúnebres das recolhidas. Tal corresponde, em absoluto, ao modelo de gestão das inumações dos conventos femininos.

As inumações eram feitas, no geral, com o cadáver amortalhado (apesar de existirem vestígios pouco numerosos de caixões em madeira) orientado, tanto quanto possível, com a cabeça para nascente, em decúbito dorsal. Os corpos eram vestidos com um hábito

(pois não há fechos, como colchetes e botões, ou fibras complexas). Esse hábito poderá ser um específico (que estará indicado nos Regulamentos, que não descobrimos), ou será o dos terceiros carmelitas. Vários crânios apresentam manchas circulares irregulares de contacto com bronze na superfície óssea. Tal dever-se-á a tachas de bronze utilizadas para fixar na cabeça coroas de flores. Pensamos que se trata de uma característica definidora de virgindade.

O mobiliário fúnebre é diversificado e demonstra uma atenção muito cuidada com o cadáver, apesar da simplicidade e pobreza das peças em si mesmas. Como vimos, parte significativa dos enterramentos faz-se acompanhar pelo terço entre mãos, bem como, num caso, de um escapulário carmelita. Anéis e outras peças, baratas mas certamente vistosas, oferecem-nos interessante contraste com as suas congéneres conventuais. No Recolhimento, apesar da adopção formal das regras dos conventos há, pelo menos nos enterramentos, espaço para a afirmação da individualidade, o que os reveste de grande interesse.

Essa individualidade era, todavia, temporária. O uso profuso de cal, que permitiu a preservação de algumas peças, é demonstrativo de uma forte pressão inumatória sobre aquele espaço, revelador de mortes relativamente frequentes, obrigando a assinalável rotação dos espaços de enterramento. Enterramentos sobrepostos, ossários e reduções ósseas são provas irrefutáveis dessa realidade. No entanto, a organização exemplar do espaço funerário, visível nos ossários, principalmente aqueles que ostentam os crânios, são reveladoras. Mesmo no que respeita aos corpos esqueletizados, as recolhidas vivas manifestavam demonstrações de atenção com as suas antecessoras. Tal não se fica a dever a normas e ritos fúnebres, mas sim a uma afectuosidade específica deste espaço,



9. Lamparinas.

revelada nos ossários bem mais "arrumados" e organizados que já pudemos observar.

Sabemos, pelos vários autores que mencionam o recolhimento, que este pertenceu à ordem carmelita. Na realidade, o estudo relativamente recente de Balbino Velasco Bayón também o confirma, mas é parco nas informações oferecidas. A realidade conventual feminina carmelita em Portugal é pobre (Bayón, 2001, p. 108-110 e p. 389-410). Quatro conventos de freiras foram constituídos, casos do de Guimarães, nascido a partir de um recolhimento, o convento de Beja, com as famosas místicas Mariana da Conceição e Maria Perpétua da Luz, o convento de Lagos e o célebre convento de Tentúgal. No que respeita a recolhimentos, temos um primeiro, do Espírito Santo, na Vidigueira, fundado em 1668 e um segundo, em Cuba, fundado em 1692.

O recolhimento de Guimarães foi fundado por Francisco Antunes Torres em 1685 e passou a recolhimento carmelita dois anos depois. De 1704 a 1726 foi travada a batalha para o transformar em convento. Para tal tiveram de se submeter à autoridade do geral do Carmo em Portugal e apelar ao Papa, pois estavam a subtrair-se da obediência do pároco, que parece não ter achado graça alguma.

Algumas linhas de tendência ressaltam destas observações. Em primeiro lugar, os recolhimentos estão associados à expansão da Ordem Terceira Carmelita e não à missão dos seus frades e freiras, de modo directo. As fundações são de irmãs terceiras, caso dos recolhimentos alentejanos, ou promovidas por privados. Estas implantações, do último quartel de Seiscentos até meados de Setecentos, dão-se em núcleos populacionais relativamente povoados e visam, obviamente, auxiliar pessoas pobres, mas igualmente honradas, uma vez que tinham de passar pelo escrutínio da própria Ordem Terceira. Pelo caso de Guimarães, podemos inferir que deviam obediência ao pároco da freguesia e deviam ter uma orientação espiritual fornecida pelo padre responsável pela Ordem Terceira ou por outro destacado da Ordem Primeira (ramo masculino). É muito provável que houvesse director espiritual próprio na Vidigueira e em Setúbal, pois as povoações dispunham de conventos masculinos.

No que ao de Setúbal diz respeito, a pertença ao Carmo foi feita, certamente, a partir da Venerável Ordem Terceira do Monte Carmelo. Aliás, aquando do estudo dos enterramentos, com base no *Livro dos Defuntos da Ordem Terceira*, houve algumas referências a enterramentos de religiosas, desprovidas de qualquer outra referência, que talvez correspondessem a algumas destas recolhidas (Neto, 2006, p. 107-183).

Por fim, creio que podemos concluir que sabemos ainda muito pouco sobre este edifício, estando ainda

numa fase relativamente prematura da sua investigação, no entanto, pelos elementos recolhidos, temos a percepção consciente que estamos perante algo de uma importância impar na história de Setúbal, bem como no que se conhece sobre arquitectura religiosa em Portugal e seu império durante o Antigo Regime. Em síntese, os recolhimentos demonstram ser instituições extremamente fluidas. Apesar de terem o seu lugar garantido na sociedade do Antigo Regime, ao invés do mesmo, demonstram ter uma extraordinária capacidade de adaptação e modelação às contingências específicas dos locais onde se implantam. Em certa medida, podemos mesmo observá-los como respostas semi-públicas às complexidades e contradições do estatuto da mulher, em geral e das vivências femininas num determinado espaço, em particular. A sua tipificação, dentro desta perspectiva, torna-se dispensável, sendo antes de salientar o interesse que cada estudo de caso representa.

O caso de Setúbal é particularmente interessante. Porto marítimo internacional relevante, com aquartelamentos militares permanentes, possuía uma população masculina muito significativa que, naturalmente atraía e necessitava de um numeroso contingente de prostitutas. A acção da Câmara Municipal em relação a este problema foi sempre dúbia, procurando, de tempos a tempos, retrair a actividade, mas nunca se preocupando em resolver, de facto, o problema (Neto, 2011, p. 371-404). É fácil compreender a necessidade da prostituição, bem como também o é das formas de captação de mulheres para esta actividade. Setúbal congregava contingentes de pescadores e marítimos, moradores típicos das freguesias de S. Sebastião e na Anunciada. A vida destes homens era precária, para além de perigosa. Aquando de captura ou naufrágio, as suas famílias ficavam sem meios de sustento. As mulheres, viúvas ou donzelas, eram condicionadas a aderirem à prostituição, até porque sendo Setúbal

pólo forte de imigração, muitas destas famílias não tinham as redes de solidariedade adequadas para as valer nestas situações.

Os recolhimentos da Saúde e da Soledade são claramente criados para poderem oferecer uma alternativa de vida comunitária honesta, para mulheres pobres, mas honradas. Porém, nascem já muito tarde, somente em meados do século XVIII. No que respeita à Soledade, apesar de, em princípio, se destinar a viúvas, que procuravam nesta espécie de convento sem dote, um fim descansado até aos últimos dias, também terá albergado donzelas, como vimos anteriormente. Os cubículos, voltados para o interior do recolhimento até 1755, abrem-se para a Praia do Seixal na edificação pós-terramoto. Tal não é inocente. Trata-se de uma lógica construtiva que facilita o contacto com o mundo exterior e que demonstra que o Recolhimento não é uma instituição definitiva, destinada a encerrar toda a vida da mulher pobre e honrada. Trata-se antes de um meio, um lugar temporário, até um bom casamento com um homem responsável, que possa prover o seu sustento. Assim, se os recolhimentos sadinos salvaguardam as mulheres da prostituição, nem por isso deixam de lhes atribuir o estigmatizante papel tradicional, de esposas e mães. O recolhimento da Soledade é, em última análise, um armazém de mulheres casadouras, ao qual os homens que pretendessem assentar, poderiam recorrer.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer a colaboração d'Os *Pirilampos* que, através do Senhor António Sousa e Senhor Maltinha, nos permitiram deambular sempre pelo espaço do Recolhimento e nos forneceram interessantes sugestões de investigação. A eles o nosso obrigado.

BIBLIOGRAFIA

BAYÓN, B. V. (2001) – *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas.

CARVALHO, J. C. de A. (1970) – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*. Volume IV, parte I, Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.

CHAGAS, A. (O.F. M.) – *Cartas Espirituais*. I, 60, p. 1673-74.

LEAL, A. S. de A. B. de P. (1880) – *Portugal Antigo e Moderno*, volume IX, Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.

NETO, J. L. et alii (2006) – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História Local*. vol. 2, Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal e Rede Portuguesa de Museus, p. 107-183.

NETO, J. L. (2010) – *A Idade do Ouro Branco: O contributo da Arqueologia Pós-medieval para o conhecimento de Setúbal,*

uma cidade portuária portuguesa, dissertação de doutoramento, Salamanca: Universidad de Salamanca.

PIMENTEL, A. (1992) – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*. 2.ª ed., Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

SANTOS, A. dos (2004) – *O achamento de meu pai e outras histórias vividas no orfanato de Setúbal*. Setúbal: Centro de Convívio dos ex-alunos do orfanato municipal de Setúbal.

SANTOS, A. dos (2006) – *A cidade dos rapazes pobres, Setúbal anos 1950*. Setúbal: Centro de Convívio dos ex-alunos do orfanato municipal de Setúbal.

SILVA, M. B. N. da (2002) – *Donas e plebeias na sociedade colonial*. Lisboa: Estampa.